Desafios da agroecologia urbana como política pública de Solução baseada na Natureza: o caso de uma horta comunitária em Recife- PE

Vivianne Soares de Barros; Email: vivianne1349@gmail.com; Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7401486275673660

Linha de Pesquisa: II – Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

1 Introdução

A construção de cidades sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas é hoje é o desafio mais corrente e mais urgente, principalmente em regiões metropolitanas de países em desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2015). No caso de Recife, os dados do Observatório das Metrópoles demostram que no ano de 2021, a cidade tinha 13% de sua população em situação de extrema pobreza (SALATA; RIBEIRO, 2022) e 206.761 pessoas expostas ao risco (IBGE, 2018). As soluções baseadas na natureza (SbN) são uma série de intervenções de estruturais, que utilizam de elementos naturais também para a resiliência das cidades aos impactos socioambientais dos eventos climáticos extremos. Técnicas agroecológicas tem se mostrado importantes aliadas na recuperação de áreas em risco de desastre socioambiental, sobretudo em espaços urbanos (HERZOG; ROZADO, 2019).

As práticas agroecológicas carregam consigo uma mudança de paradigma na relação sociedade-natureza, sendo uma importante prática de sustentabilidade, por isso vista como importante aliada ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são metas ambiciosas da agenda 2030, formuladas com a participação de 193 países da Organização das Nações Unidas (ONU), com o fim da erradicação da pobreza, preservação do meio ambiente e justiça social (COHEN-SACHMANN *et al*., 2016; FAVORETO *et al*., 2024).

Mas tanto a agroecologia política quanto as SbN ainda são assuntos muito recentes

quando se pensa o desenvolvimento da cidade, e por esse motivo as ações de políticas públicas de caráter agroecológico ainda passam por diversos desafios de implementação (DE OLIVEIRA *et al*. 2023).

Compreendendo a existência de desafios para a prática da agroecologia política no contexto urbano, esse trabalho tem como objetivo identificar quais os desafios presentes na implementação da agroecologia urbana como política pública de solução baseada na natureza na cidade do Recife, através de um estudo de caso em horta comunitária do Sítio São Brás, implantada pelo Programa Mais Vida nos Morros em 2019. O programa tem como um dos seus pilares o desenvolvimento sustentável e a implantação de hortas comunitárias em locais que antes eram utilizados como lixão (MVM, 2020). O trabalho utiliza de entrevistas, fotografias, pesquisa documental e revisão integrativa para a compreensão do fenômeno e análise dos resultados.

2 Referencial teórico

A agricultura urbana, assim como a agricultura no geral, tem um amplo conceito, que inclui a agricultura de subsistência, a agricultura orgânica, agricultura industrial e os *clusters* do setor agroalimentar (agroparques ou fazendas-fábricas urbanas). A agroecologia urbana política aborda princípios holísticos que incluem além da produção, o consumo, o estilo de vida, a educação e a espiritualidade. Aborda a governança urbana como enquanto um processo de transformações, pois contribui "não apenas como a comida, a água e a energia são produzidas e consumidas numa cidade, mas também questiona como esses recursos são compartilhados e equitativamente distribuídos, de modo justo – ou não –, entre as pessoas e plantas" (SCHMUTZ, 2017, p. 10). "A agroecologia política e a agroecologia urbana política estão tomando forma na encruzilhada entre o ativismo acadêmico e os movimentos urbanos, embora seu pleno potencial político ainda esteja sendo metabolizado" (DEH- TOR, 2017, p.15).

A agroecologia urbana é também ferramenta para a resiliência dos territórios aos eventos climáticos extremos e importante medida de combate à insegurança alimentar, problemas presentes em percentual considerável quando se analisam as metrópoles. Quando se fala em agroecologia como Solução Baseada na Natureza (SbN), a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) define SbN como ações para proteger, gerenciar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados, que lidam com os desafios sociais de forma eficaz e adaptativa, proporcionando simultaneamente bem-estar humano e benefícios à biodiversidade. (COHEN- SACHMANN *et a*l., 2016), pois, para os

autores, o desafio social da insegurança alimentar demanda o uso de sistemas agroflorestais e a restauração de pântanos são consideradas medidas que podem se somar a outras soluções convencionais de melhora de acesso aos alimentos e políticas públicas que apoiem o suprimento local de alimentação, sendo importante ferramenta para o cumprimento dos ODS

Além de contribuir para a segurança alimentar e a recuperação de ecossistemas, a agricultura urbana (agroecologia e permacultura) também facilita o manejo de água nas zonas de periferia urbana, pois gera proteção e aumento dos recursos hídricos. Jardins agroecológicos, hortas, ecovilas, arborização de calçadas, compostagem comunitária e jardins de chuva são intervenções que podem ser realizadas pelos princípios da agroecologia política no contexto urbano. As técnicas agroflorestais de recuperação do solo resultam no retorno de nascentes e pequenos lagos, estabilização de taludes e mudança de hábitos mais sustentáveis, regula o microclima, reduz o consumo de energia e gera conforto térmico (HERZOG; ROZADO, 2019).

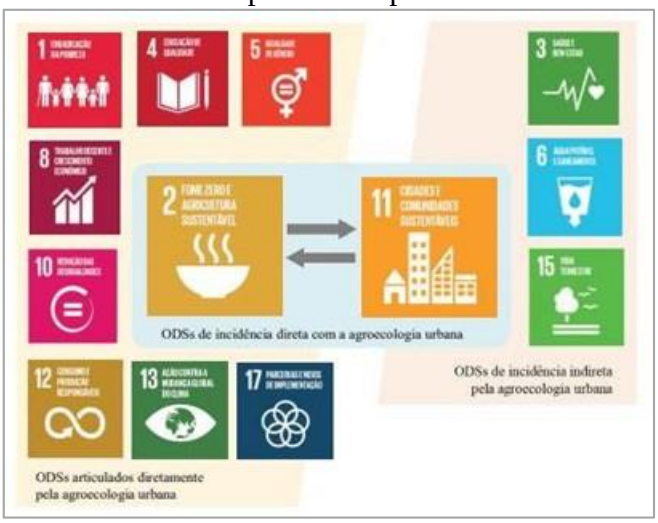
Muitos são os desafios para manter o funcionamento das iniciativas agroecológicas no contexto urbano, como o dano e roubo de plantas, a interferência sem o conhecimento necessário sobre plantas, a baixa participação no trabalho de manutenção, ausência de terra ou de financiamento, falta de capacitação profissional e falta de consciência das comunidades atendidas. (DE OLIVEIRA et al, 2023).

No Brasil, em âmbito federal, há o decreto nº7.794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o decreto nº11.700/2023, que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP). (FAVORETO *et al.*, 2024) Em Pernambuco, a lei nº17.158/2021 institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, que tem como um de seus objetivos "estimular e incentivar o fomento da agricultura urbana e periurbana, potencializando o uso de espaços.urbanos para a produção de alimentos saudáveis" (PERNAMBUCO, 2021) e tem como instrumentos o Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa Estadual de Alimentação Escolar.

A nível municipal, Recife tem o Plano de Agroecologia Urbana do Recife, que como princípios a "soberania alimentar nutricional, a dimensão de gênero e a agroecologia na cidade a partir de atividades de produção, coleta/extrativismo, transformação, prestação de serviços e fortalecimento de atividades educativas e coletivas" (RECIFE, 2019) onde são "aplicados métodos intensivos, tendo em conta a interrelação ser humano - cultivo - animal - meio ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística", cumprindo com o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, instituído em 15 de outubro de 2015. A

contribuição para o cumprimento dos ODS também é evidenciada pelo plano de agroecologia do Recife, seja de forma direta, articulada ou indireta (figura 1). É também mencionado o Plano Local de Ação Climática do Recife, que tem como um de seus princípios as Soluções Baseadas na Natureza conforme definido pela IUCN.

Figura 1 – Contribuição do Plano de Agricultura Urbana do Recife para o cumprimento dos ODS



Fonte: Plano de Agroecologia Urbana do Recife (2019)

Entre os produtores de horta da cidade do Recife elencados no plano de agroecologia, a secretaria de inovação urbana aparece com o programa Mais Vida nos Morros. A secretaria implantou hortas comunitárias ao ar livre e em pontos de acúmulo de resíduos sólidos em áreas de maior vulnerabilidade socioambiental da região, tendo como estrutura técnica uma equipe de mobilização e um funcionário para implementar e acompanhar as hortas.

O programa mais vida nos morros, que teve início em 2016, é uma política pública de inovação e resiliência urbana com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, o protagonismo comunitário e a promoção de um melhor espaço urbano para crianças e teve o total de 53 comunidades atendidas até o ano de 2020, contando com uma metodologia de três fases: engajar, transformar e celebrar (Mais Vida nos Morros, 2024) Hoje o programa é continuado, mas seu nome foi modificado para "Programa Mais Vida", pois as ações passaram a ter alcance em outras áreas das cidades além das regiões de morros.

3 Metodologia

O presente trabalho trata-se de abordagem qualitativa, descritiva, exploratória e tem como estratégia de pesquisa o estudo de caso (YIN, 2001; DESLANDES, 2007).

Considerando o proposto por Yin, nossa unidade de análise é a horta comunitária localizada no bairro de Sítio São Brás, em Recife-PE (8°01'05"S 34°57'19"W), pertencente a Região Político-Administrativa 3 (RPA 3). A horta comunitária foi implantada pelo programa Mais Vida nos Morros durante o ano de 2018 (CADERNO GIRD+10, 2020). Para a execução deste trabalho, foram realizadas duas visitas ao local durante o mês de novembro de 2023.

Para a coleta de dados, utilizou-se de revisão integrativa para estudos socioambientais (SILVA *et al.*, 2024), documentos, fotografias (GASKELL, 2008) e entrevistas semiestruturadas (GIL, 2008). Houve uso da amostragem não- probabilística de conveniência, pois prezou-se por entrevistas com pessoas da comunidade que conhecessem a horta e que tivessem conhecimento do trabalho da prefeitura naquele local. As três pessoas participantes foram entrevistadas uma após outra, com recomendação da pessoa entrevistada precedente. A transcrição das entrevistas foi realizada via software *Transcribe Speech to Text.* A análise das entrevistas considerou os textos de revisão integrativa, para verificar se os desafios mencionados no referencial teórico se faziam presentes na realidade da horta comunitária do Sítio São Brás. A revisão teórica também fundamentou a análise documental dos planos e programas relacionados ao tema. Após transcrição dos dados, os depoimentos foram organizados em uma tabela (figura 3), categorizados pelos desafios compreendidos em entrevistas.

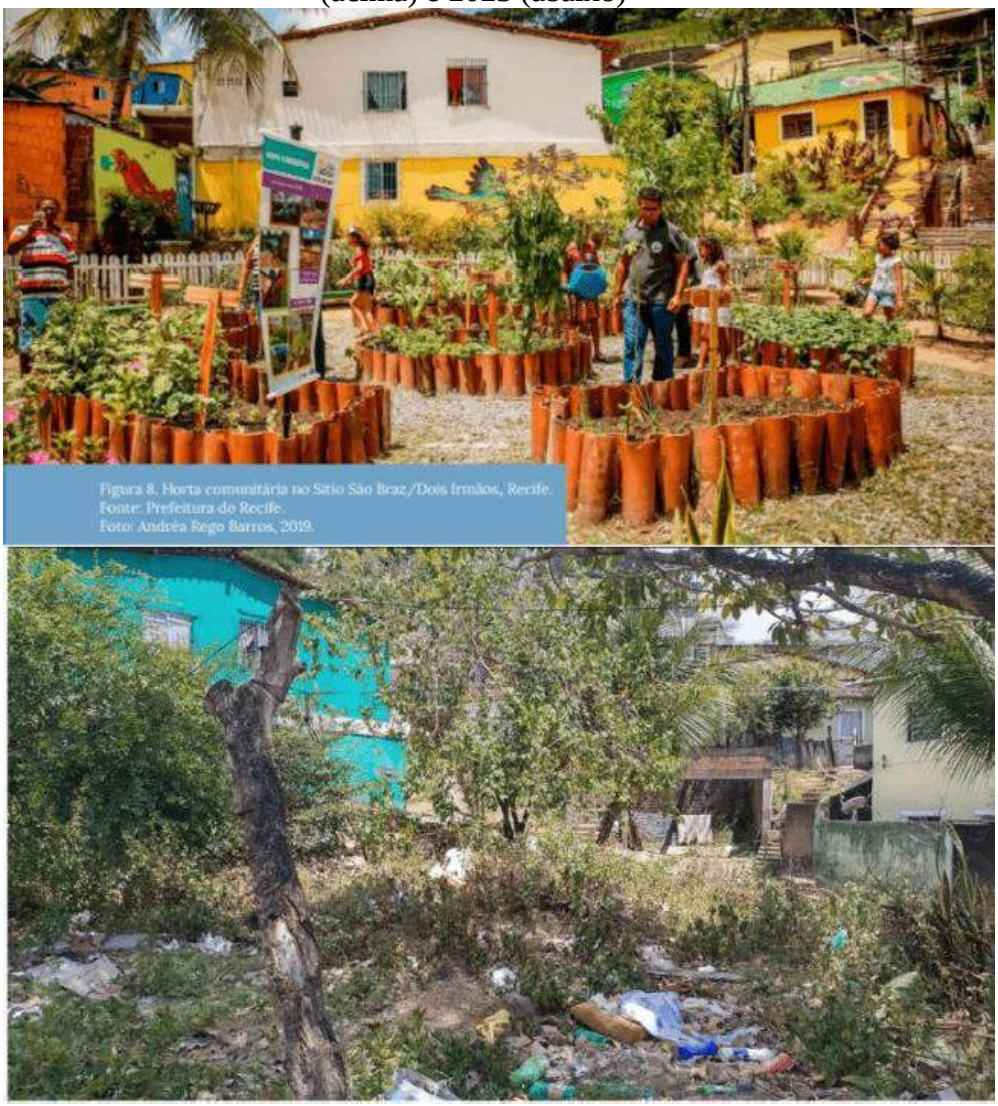
4 Resultados e Discussão

Uma das Comunidades de Interesse Social (CIS) contempladas com a política do programa Mais Vida nos Morros foi o Sítio São Brás, localizada no bairro do Sítio dos Pintos, área também classificada como área de risco pelo IBGE e faz parte da Região Político Administrativa (RPA) III. O local recebeu, entre outras ações, a implantação de uma horta comunitária onde antigamente era um lixão. As imagens abaixo (figura 2) demonstram a situação encontrada pelos pesquisadores durante visita de campo no ano de 2023, no local restava apenas vestígios da implementação da política pública realizada em 2018. Ao chegar no local, foi observado remanescentes de frutíferas disputando espaço com entulhos, lixo doméstico e resíduos de construção, conforme mostrado pela Figura 2.

Sendo o programa exemplo de solução que pode conciliar diversos problemas enfrentados pela localidade e melhorar a qualidade de vida das áreas em maior vulnerabilidade (CADERNO GIRD+10, 2020). Essas áreas são definidas como são, entre outras coisas, áreas de maior urgência na implementação de políticas públicas. Apesar dos sucessos, o programa também reconhece desafios na integração da política, assim como no engajamento,

protagonismo e cooperação comunitária (MVM, 2020).

Figura 2: registro do território ocupado pela horta comunitária em 2019 (acima) e 2023 (abaixo)



Fonte: Caderno GIRD+10 (2020); os autores (2023).

Durante a visita à horta comunitária do Sítio São Brás, foram entrevistadas três pessoas da comunidade (figura 3). Por questões de ordem ética, essas pessoas entrevistadas foram identificadas como pessoa 1, pessoa 2 e pessoa 3. A pessoa 1 e pessoa 3 moram no local desde antes da implementação da horta e a pessoa 2 reside desde o ano de 2023. Os dados entre colchetes presentes na entrevista foram colocados pelos autores para facilitar o entendimento da leitura. Ao analisar o conteúdo da entrevista, foram identificados cinco desafios presentes na horta comunitária: acúmulo de lixo, engajamento e participação, presença de animais, propriedade do território e outros projetos.

Quadro 1 - Conteúdo das entrevistas

Desafios	Entrevistas
Acúmulo de lixo	*Pessoa 2 - Mas aí a gente já ligou. A moça que disse que é responsável [servidora], ligou para vir limpar lá, voltar a fazer como antes, mas ninguém veio. Consta que esse espaço hoje tá um lixão, né? Um lixão! O povo vem para usar a droga e a noite para fazer o que não deve. O povo jogar lixo, resto de construção, metralha, metal e faz aparecer bicho, por conta do lixo.* *Pessoa 3 - Tirando o lixo de qualquer coisa, é bom. Negócio de pintura, de fazer calçamento? Que coisa! Isso aí não tem tempo, pode isso também. [um servidor] tá ligando com o pessoal da EMLURB [Empresa Municipal de Manutenção e Limpeza Urbana], já ligou não sei quantas vezes para poder vir para aqui limpar, fazer essa limpeza. Eu queria tanto algo mais de família, enfim, o pessoal que acumula lixo. E eu ainda vou procurar saber com ele [servidor], né? Porque no dia de votação ele veio, né? Mandou limpar, né? Ele mandou limpar no dia de votação, né?*
Engajamento e participação	*Pessoa 1 - O povo comia tudo, uns ajudavam e outros não. Eu digo enquanto não houver união, nunca vai poder para frente. 2019 estava bom, mas depois começou o abandono. Aqui é tudo sem lei. Ainda mais que o povo... As vezes a Fumaça invade aqui. Se eu abri a porta aqui, podem vir com a faca. Eu olho logo com cara feia, ficam bravos comigo. Mas estou correta porque estou defendendo na frente da rua. Falo porque tem aqui drogueiro nesse local.* *Pessoa 2 - Ninguém ajuda. Porque antes funcionou, agora porque é assim, tem que ter alguém que realmente fique de frente para fazer e não relaxar, se relaxar, ficar sem trabalho. Depois tinha que ver aí. Se vai ter algum projeto, alguma coisa. Pois a comunidade realmente melhoraria, né?* *Pessoa 3 - Eu vou dizer isso. O negócio é como você fala com a pessoa. O pessoal que vê o negócio quer levar para a sua comunidade e destrói, porque isso aqui era muito bonitinho. As pessoas pegam acerola, tudo de acerola, pé de coco também. Tava dando coco também. Aí vem ter os pés de bananeira. Deu a banana, o cacho de banana bem grande. Essa senhora daí vem cortar tudo. Eu fico também muito triste. É como eu digo a você eu moro aqui há muitos anos. Aqui não tem união de comunidade, não entendeu a comunidade, não se faz reunião e conversa sobre isso aqui. Não é que eu vou fazer uma reunião.*
Presença de animais	*Pessoa 1 - Aqui tem muito escorpião. E cobra. Timbu. ia esquecendo, carrapato tem aqui também.* *Pessoa 3 - Mas essa aqui não dá para ser horta, mas porque tem muito gato por aqui e os gato mija, faz cocô e pronto.* *Pessoa 3 - Eu tenho um cachorro, o cachorro, 11 meses, que ele, cachorro com 11 meses de idade, desapareceu daqui. Não sei o que está no cachorro. Meu cachorro sumiu. Eu não sei se foi alguém que pegou ele ou meu Deus, sumiu com o meu cachorro. Fiquei doente por causa desse cachorro. Eu não sei se foi com raiva de mim, eu não sei. Eu não sei. Se esse cachorro fosse morto na pista, pegava ele lá vinha ele estabanado.*
Propriedade do território	*Pessoa 1 - A propriedade também, tem discursão. Se o terreno é da prefeitura ou da Rural* *Pessoa 2 - Porque aqui vou morar aqui, eu vim morar em março. Aí o pessoal falou que aí era uma horta comunitária e disse que era que é uma terra, é da Rural.* *Pessoa 3 - Olha, muita gente tá querendo ser o dono desse terreno.*
Outros projetos	*Pessoa 2 - Sim, também falaram que ia ser uma academia da cidade. Aí depois falaram que a prefeitura vim aqui para fazer uma praça que não ia ter mais horta.* *Pessoa 3 - Eu acho assim que deve fazer outro projeto, entendeu? Deixar os prédios, deixar os pé de mato e no meio fazer um projeto, entendeu? Eu queria o posto de saúde, porque a gente aqui tem posto de saúde e alugado lá dentro. Mas quando saiu da prefeitura disse que não tem projeto.*

Fonte: Os autores (2023)

É importante compreender que a falta de conexão da população urbana com a terra, as águas e a biodiversidade é um comportamento resultante do capitalismo (FLORIT; SAMPAIO; PHILLIPE JR, 2019; KRENAK, 2020) e por isso entende-se que implementar os saberes da agroecologia política como solução baseada na natureza é um grande desafio de política pública, sobretudo nas regiões mais vulneráveis de grandes cidades como Recife. A relação conflituosa entre a vizinhança demonstrada nas entrevistas evidencia que a participação naquele lugar não foi além da implementação, culminando na destruição da estrutura implementada, por isso a importância de se investir em monitoramento e avaliação da política pública a fim de que ela alcance o resultado almejado (CNM, 2016).

Os depoimentos das pessoas entrevistadas revelaram uma complexa teia de desafios

envolvendo a gestão do terreno, a falta de manutenção da horta, o descarte irregular de lixo, ausência de participação para cuidar do espaço comunitário, a insensibilidade diante da biodiversidade, assim como a falta de liderança que dê suporte necessário para a continuidade da política pública na comunidade, pois faltava até instrumentos para trabalhar com a terra. Constatação semelhante foi realizada por Santana (2022) na comunidade do Alto do Burity, que também recebeu ações do programa em 2019. Para a autora, as iniciativas do programa foram experimentais e os resultados foram muito abaixo do prometido pelo poder público.

A pesquisa de Santana mostra que a horta comunitária da Vila Burity também foi destruída, sendo uma evidência de que "nem todas as intervenções apresentaram resultados exitosos" (Santana, 2022, p. 69). Outro problema identificado por Lima, Filho e Vital (2024) foi o fato dos espaços destinados às plantações não terem capacidade de produção nem para autoconsumo e estão longe de serem rentáveis para os trabalhadores.

É relevante mencionar que a horta quando organizada trazia bem-estar e alimentava as pessoas com acerola, banana e coco. Se fosse mantida, a horta comunitária continuaria a cumprir diretamente com os ODS 2, 3 e 11, mostrando que apesar dos inúmeros desafios, enquanto a horta estava de pé também produzia oportunidades de desenvolvimento sustentável para aquele espaço.

5 Conclusões

Esse trabalho teve como objetivo compreender os desafios para a implementação da agroecologia política em contexto urbano, através de políticas públicas de SbN. Para entendimento do tema, o trabalho utilizou da estratégia de estudo de caso, tendo como unidade de análise (Yin, 2001) a horta comunitária do Sítio São Brás, localizada na RPA 3 do Recife e considerada área de risco socioambiental (IBGE, 2018). Ao visitar a horta e verificar as percepções sobre o estado de abandono, considerou-se cinco desafios: acúmulo de lixo, engajamento e participação, presença de animais, propriedade do território e outros projetos.

Um ponto considerável das entrevistas é que apesar dos desafios, a horta comunitária mesmo que em ruínas ainda tem total possibilidade de ser recuperada através de técnicas agroecológicas, mesmo que elas convivam com um posto de saúde ou uma academia da cidade. Uma crítica está no fato do programa Mais Vida nos Morros contar resultados da política pública sem antes obter contínuo monitoramento e avaliação, pois esses passos são importantes principalmente para a sociedade civil, que é a beneficiária do serviço. Dois casos sobre destruição de hortas comunitárias do programa foram mencionados, então sugere-se

verificar as outras realidades das hortas implementadas pelo programa Mais Vida Nos Morros (atual Programa Mais Vida), além dos produtores de horta mencionados no Plano de Agricultura Urbana do Recife.

6 Referências

=0&ano=2021&tipo=&url=. Acesso em: 21 nov. 2024.

COHEN-SHACHAM, E.; WALTERS, G.; JANZEN, C.; *et al* (Orgs.). **Nature-based solutions to address global societal challenges**. [s.l.]: IUCN International Union for Conservation of Nature, 2016. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/node/46191>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Guia para localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Brasileiros:** o que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016. Disponível em:https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/confederacao-inicia-projeto-de-localizacao-dos-ods-nos-municipios. Acesso em: 21 nov. 2024.

DE OLIVEIRA, João Vitor Mendes Marques; MACHADO, Gustavo; DA COSTA VASCONCELOS, Lucas Pacheco; *et al*. A Agroecologia e saneamento ecológico como soluções baseadas na natureza para problemas do urbanismo brasileiro. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 5, p. 502–522, 2023.

DEH-TOR, C. M. Da agricultura urbana para um urbanismo agroecológico: a via transformadora da agroecologia urbana (política). **Revista de Agricultura Urbana** , [*s. l.*], n. 33, p. 12-15, nov 2017. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2019/11/rau33_completo.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). RJ: Vozes, 2007.

EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE GENERAL FOR RESEARCH AND INNOVATION. **Diálogo Setorial UE-Brasil sobre soluções baseadas na natureza: contribuição para um roteiro brasileiro de soluções baseadas na natureza para cidades resilientes.** LU: Publications Office, 2019. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2777/172968>. Acesso em: 5 out. 2024.

FAVORETO, Carlos José Ruffato; PEIXOTO, Janice Rezende Vieira; PEIXOTO, Amanda Corsini Rezende; *et al*. Agricultura urbana na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 17, n. 2, p. e5403–e5403, 2024.

FLORIT, Luciano F.; SAMPAIO, Carlos Alberto C.; JR., Arlindo P. **Ética socioambiental.** Barueri: Editora Manole, 2019. E-book. ISBN 9786555761290. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761290/. Acesso em: 17 jul. 2024.

GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIRD+10. **Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos de Desastres**. Samia Nascimento Suleiman (Cord.). Brasília, Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021

IBGE. **População em áreas de risco do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018. Disponível https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101589.pdf Acesso em 27 feb. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

LIMA, Laila Navarro de; FILHO, José Robson Ferreira de Barros; VITAL, Tales W.. POLÍTICA PÚBLICA DE AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE RECIFE - PE.. In: **Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).** Anais...Palmas(TO) UFT, 2024. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/62-congresso-da-sober-397784/811299-POLITICA-PUBLICA-DE-AGRICULTURA-URBANA-NO-MUNICIPIO-DE-RECIFE --PE. Acesso em: 24/11/2024

Mais Vida nos Morros. Disponível em: https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/. Acesso em: 20 dez. 2024.

MVM – **Mais Vida nos Morros. Reinvenção urbana passo a passo**. 1. ed. São Paulo: Cross Content: Secretaria Executiva de Inovação Urbana, 2020

NAÇÕES UNIDAS. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. Aprovado na terceira Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, em Sendai, Japão, em março de 2015. Genebra: Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://www.unisdr.org/we/inform/publications/43291. Acesso em: 21 nov. 2024.

PERNAMBUCO. Lei nº 17.158, de 10 de janeiro de 2021. **Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica**. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, 11 jan. 2021. Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=17158&complemento=0&ano=2021&tipo=&url=. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Plano de Agroecologia Urbana do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1aiq4-5oMpY5fn7KH7qSVl3_Rx0_k0crj/view. Acesso em: 21 nov. 2024.

SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrópoles.** Porto Alegre/RS, n. 09, 2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/. Acesso em: 2 nov. 2024.

SANTANA, Poliana Nunes de. **Urbanismo tático e direito à cidade: a transformação da relação da criança com o espaço público na Vila Burity**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/48093. Acesso em 3 nov. 2024.

SCHMUTZ, Ulrich. Agricultura Urbana ou Agroecologia Urbana?. **Revista de Agricultura Urbana** , [*s. l.*], n. 33, p. 10-11, nov 2017. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2019/11/rau33_completo.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

SILVA, Letícia da Costa e; MANSANI, Giordana Correia; FARIA, Kamila Krinski; STOFFEL, Janete. Revisão bibliográfica sistemática em estudos socioambientais: uma proposta do método da revisão integrativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 63, p. 295-314, jan/jun. 2024. DOI http://dx.doi.org/10.5380/dma.v63i0.87363. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/87363. Acesso em: 24 jul. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.